



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS – CCHA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES – DLH
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

**A HERANÇA DA ESCRAVIDÃO EM *QUARTO DE DESPEJO*:
DIÁRIO DE UMA FAVELADA – CAROLINA MARIA DE JESUS**

MARIELE MENDES ALVES

**CATOLÉ DO ROCHA – PB
2022**

MARIELE MENDES ALVES

**A HERANÇA DA ESCRAVIDÃO EM *QUARTO DE DESPEJO*:
DIÁRIO DE UMA FAVELADA – CAROLINA MARIA DE JESUS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Letras e Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba – *Campus IV*, como requisito para obtenção do grau em Licenciatura Plena em Letras.

Orientador (a): Dr. Auribio Farias Conceição

CATOLÉ DO ROCHA – PB

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A474h Alves, Mariele Mendes.

A herança da escravidão em Quarto de Despejo: diário de uma favelada - Carolina Maria de Jesus. [manuscrito] / Mariele Mendes Alves. - 2022.
30 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Agrárias, 2022.

"Orientação : Prof. Dr. Auribio Farias Conceição ,
Coordenação do Curso de Letras - CCHA."

1. Racismo. 2. Literatura. 3. Carolina Maria de Jesus. 4. Favela. I. Título

21. ed. CDD 305.8

MARIELE MENDES ALVES

**A HERANÇA DA ESCRAVIDÃO EM QUARTO DE DESPEJO:
DIÁRIO DE UMA FAVELADA – CAROLINA MARIA DE JESUS**

Aprovada em: 21/07/2022

BANCA EXAMINADORA

Auribio Farias Conceição

Prof. Dr. Auribio Farias Conceição – UEPB/CAMPUS IV
(Orientador)

Fábio Pereira Figueiredo

Prof. Me. Fábio Pereira Figueiredo – UEPB/CAMPUS IV
(Examinador)

Karoliny Lima de Oliveira

Profa. Me. Karoliny Lima – UEPB/CAMPUS IV
(Examinador)

DEDICO este trabalho a minha mãe,
Rita Mendes Fernandes (*in memoriam*),
ao meu irmão, Michelangelo Fernandes,
e a todos os familiares que estiveram
comigo durante todo o curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela proteção divina a cada dia em minha vida, por todas as conquistas e as bênçãos alcançadas. Agradeço também a todos os meus colegas, em especial a **Diana Gomes da Cunha**, amiga esta que sempre esteve ao meu lado durante a graduação.

Agradeço, imensuravelmente, ao professor e orientador **Auríbio Farias Conceição** pela paciência e dedicação prestada para a conclusão deste trabalho. Demonstro minha gratidão à banca, composta por **Fábio** e **Karoliny**, que prontamente aceitou o compromisso de avaliar e incentivar o melhor desenvolvimento dado ao meu artigo.

Apresento meu sincero “obrigada” aos meus professores pelos ensinamentos que adquiri ao longo do curso.

Por fim, agradeço ao meu amigo e secretário do curso de Letras, **Francisco Bezerra da Costa**, que sempre me incentivou a continuar na caminhada acadêmica.

Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a liberdade dos escravos. (JESUS, 2014, p. 30)

RESUMO

Neste trabalho propõe-se analisar a representação das raízes escravocratas, solidificadas historicamente e culturalmente, nas minorias do tecido social brasileiro mediante o texto literário de Carolina Maria de Jesus, *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (2014). O fio condutor para compreensão do romance com caráter de testemunho das problemáticas em torno da figura marginalizada do negro na sociedade atual, inicia com a identificação dos traços que regem a narradora-personagem a partir das opressões vivenciadas, em seguida, reflexão do contexto de abandono do Estado às massas populares negras e por fim, uma interpretação das passagens da obra com a temática defendida. Para embasar a pesquisa de cunho bibliográfico, têm-se teóricos como Santos (2020), Schwarcz (2020), Almeida (2020), Spivak (2010) e Dalcastagnè (2012). Assim, pressupõe-se que esta prosa marca uma escrita que direciona a uma reflexão e um protesto em relação à herança da escravidão no Brasil, seus traços mantidos pelo preconceito e negação dos espaços sociais.

Palavras-chave: Racismo. Literatura. Carolina Maria de Jesus. Favela.

ABSTRACT

In this project, we propose to analyze the representation of the slavery roots, historically and culturally solidified, in the minorities of the Brazilian social third through the literary text of Carolina Maria de Jesus, *Quarto de despejo: Diário de uma favelada* (2014). The guiding thread for understanding the novel as a witness to the problems surrounding the marginalized figure of the black in today's society, begins with the reflection of the context of abandonment of the State to the black popular masses, then identification of the traits that governs the narrator-character from the oppressions experienced and finally, an interpretation of the passages of the work with the defended theme. To support the bibliographic research, we have theorists such as Santos (2020), Schwarcz (2020), Almeida (2020), Spivak (2010) and Dalcastagnè (2012). Thus, it is assumed that this prose marks a writing that leads to a reflection and a protest in relation to the heritage of slavery in Brazil, its traits maintained by prejudice and denial of social spaces.

Keywords: Racism. Literature. Carolina Maria de Jesus. Slum.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	10
2 CONSIDERAÇÕES SOBRE CAROLINA MARIA DE JESUS E OBRAS.....	12
2.1 Bitita, a voz que ressoa pela classe marginal brasileira	12
2.2 Escritos de Carolina de Jesus	14
3 HISTÓRIA, CULTURA E POLITICA EM TORNO DO PRETO	16
3.1 A figura histórica do preto no Brasil.....	16
3.2 A cultura marcada pelo racismo estrutural	18
3.3 A subalternidade da mulher preta na favela brasileira	20
4 OS TRAÇOS DA ESCRAVIDÃO EM QUARTO DE DESPEJO	23
4.1 A voz da herança negra no romance	23
4.2 A favela como quarto de despejo	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
6 REFERÊNCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

Na leitura interpretativa do romance “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (2014), a posição da narradora-personagem em caráter testemunhal e autobiográfico está em paralelo as discursões relativas à herança da escravidão brasileira que pendurou por cerca de 400 anos. A voz marginalizada da escritora traz o domínio de falar com legitimidade numa abordagem singular sobre a noção de “aprimontamento” do negro na postura de segregado na inscrição do mapa social brasileiro.

Considera-se neste trabalho que a partir do papel de catadora de lixo semianalfabeta do centro urbano fundamenta-se um retrato inquietante na representação de Carolina Maria de Jesus. É feita uma reflexão se houve definitivamente uma superação e abertura considerável ao sujeito afrodescendente dentro da dinâmica social, uma vez que, observando a moral, identificamos o lugar desse personagem na subalternidade; ou se o negro continua à margem das relações de poder.

Em compreensão do contexto na moldagem da figura literária, aborda-se aspectos da política e da cultura nacional relativa ao enquadramento do preconceito na matriz da sociedade. Debatendo sobre a rede de realidades e denúncias relativas à condição marginal, bem como dos questionamentos político-sociais acerca da legitimidade de fala dessa personagem. Diante disso, releva-se as declarações no livro sobre os olhares para a favela e as subjetividades dos seus moradores.

O trabalho se realiza através da pesquisa bibliográfica, descritiva e qualitativa, sendo o *corpus* ou objeto principal de estudo, a obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (2014) , seguindo-se com uma metodologia dividida em três etapas de análises discursivas sobre o romance e, posteriormente, uma fundamentação teórica que cita pensadores da área sociológica e literária para verificar as adversidades da cultura discriminatória dentro do Brasil e os traços de relato e protesto dentro da escrita poética dos autores brasileiros. Pontua-se como principais: Santos (2020), Schwarcz (2020), Almeida (2020), Spivak (2010) e Dalcastagnè (2012).

Portanto, pressupomos uma expressão na literatura de Jesus (2014) acerca de fratura na ideologia de igualdade racial brasileira, em decorrência do

presente ainda ser caracterizada por pensamentos e vestígios negativos da época colonial de escravidão histórica no território brasileiro. Defendendo que mesmo após a Lei Áurea matêm-se condições precárias que representam o negro na modernidade.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE CAROLINA MARIA DE JESUS E OBRAS

Carolina aborda com realismo e sensibilidade em seus romances a sombra da dupla subalternidade que Spivak (2010), em *Pode o subalterno falar?*, conceitua sendo o extrato de uma dupla colonização, opressão do patriarcado e dos discursos de inferioridade racial, haja vista que, é configurado esse sujeito com o olhar hegemônico proferido historicamente pelo Outro e daí parte a resistência em manifestar produções ideológicas contra-hegemônicas diante os princípios do que configura-se como o neocolonialismo do capitalismo avançado.

Assim, obras como “Quarto de despejo: o diário de uma favelada” (2014) por trazer uma personagem narradora com ecos bibliográficos, é símbolo da força opositora à “violência epistemológica” identificada quando o sujeito recebe apenas falas de um Outro que o retrata (SPIVAK, 2010). Logo, conhecer e entender as motivações da autora que fundamenta o *corpus* desse trabalho, direcionando os leitores a perceber uma escrita com viés protestante e legitimador.

Este capítulo será desenvolvido para estudo sobre a vida e as produções de Carolina com abordagem essencialmente da biografia realizada por Tom Farias (2017) dialogando com outras buscas críticas acerca dessa escritora.

2.1 Bitita, a voz que ressoa pela classe marginal brasileira

Nascida em Sacramento, interior do Triângulo Mineiro, Farias (2017) argumenta que Carolina Maria de Jesus viveu em um cenário onde as condições análogas à escravidão eram observadas com naturalidade, bem como na sua formação identitária estava a ancestralidade da mãe, filha de escravos oriundos do Desemboque ou de onde se nomeava, “Quilombo do Patrimônio”. Conforme o pesquisador, o labor nessa região, de parte rural, era estruturado ainda no ciclo, nos vestígios e nas violências morais da escravidão, apesar da série de movimentos abolicionistas e as transformações mundialmente apresentadas na época.

“Nesse ambiente indiferente à sorte de negros e pobres, foi onde nasceu uma menina que iria se chamar, pelo batismo, Carolina Maria de Jesus, mas que seria tratada, no seio da sua numerosa família, pelo simples apelido de Bititia” (FARIAS, 2017, p. 15)

Encontramos assim, uma personagem formada por marcas que irão preencher sua literatura. A realidade de Bitita, apelido dado para Carolina de Jesus, era limitada, reflexo de problemáticas políticas com ecos nas questões de herança escravocrata. Desse modo, os feixes da sua óptica são construídos e direcionados para a massa brasileira.

Antes mesmo de mudar-se de Sacramento – Minas Gerais, para a favela do Canindé, às margens do Tietê, em São Paulo, Carolina representava e testemunhava sobre a marginalidade, falando com autenticidade sobre a expectativa da margem brasileira. A falta de estudos (cursou até o segundo ano do primário), a descendência africana, a necessidade de buscar meios de sobrevivência no contexto exploratório de mão de obra barata e o gritante empobrecimento econômico foi nos seus escritos originais suas mais visíveis impressões pessoais.

Carolina Maria de Jesus em sua infância já sofria das mazelas políticas orientadas para a população negra, o espaço em que cresceu era conforme Farias (2017, p. 43) “um dos lugares mais miseráveis: sem água encanada, sem luz elétrica, sem serviços públicos”. Possivelmente, os entraves desse cenário intensivou a busca da escritora em denunciar, de forma poética, os dados históricos de um período ainda circunstanciado por ideologias, estereótipos e restrições sociais relativas às pessoas pretas.

Em uma escrita íntima, Sousa (2021) aponta para uma pessoa já predeterminada a trazer o seu espaço-temporalidade para a literatura de linguagem fraturada, desabitual das letras brasileiras. A motivação em durante as noites ou nos curtos prazos durante o dia desgastante, construir uma obra como “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (2014) já anunciava que essa escritora tinha inclinação para delatar as mazelas, um argumento forte a essa tese de Sousa (2021) é o apego pela leitura da obra “A escrava Isaura” de Bernardo Guimarães, primeiro livro lido por Bitita, com teor de expressar questões relacionadas à escravidão brasileira, e de outras leituras ligadas a história do Brasil, como a Guerra dos Farrapos e a do Paraguai.

Farias (2017) acrescenta a esse posicionamento a revolta inata nela. Na cidade mesmo conseguindo empregos, estes sempre com caráter de exploração, como o de empregada doméstica para a senhora Mimi, esposa do Gaúcho ou

como lavradora; ela não aceitava as condições e peregrinava, passou por Sacramento, Uberaba, Ribeirão Preto, Sales de Oliveira, Jardinópolis, Orlandia, Franca e outras cidades interioranas de São Paulo. Segundo o pesquisador, o primeiro passo de Bitita para o Canindé foi o episódio de aprisionamento policial que sofrera com a mãe

“[...] tinha virado alvo dos moleques que a haviam abordado na porta de casa e que foram intrigá-la para a polícia, no caso um sargento, dizendo para ele que ela o xigou de ‘farrapo’, acrescentando que para Carolina, a polícia tinha um problema porque “só prendia os pobres” (FARIAS, 2017, p. 94)

Essa passagem da história de Bitita, apelido dado durante a infância da autora, aconteceu porque os alegadores afirmavam que ela estava lendo um livro de São Cipriano para jogar feitiços contra os brancos. Observa-se como é expressado o quadro de preconceitos e silenciamentos que pintava-se ao lado desta contemporânea durante a vida.

O contexto que mais tarde, em 1948, levou Bitita definitivamente para a favela do Canindé, onde viveu por 12 anos, esteve atrelado à ausência dos direitos trabalhistas. Com a gravidez do filho mais velho, Carolina foi mãe de três filhos, ela ficou desempregada e como alternativa próxima deslocou-se para o quarto de despejo da grande cidade paulistana, cenário da sua mais famosa obra literária e também *corpus* deste trabalho.

2.2 Escritos de Carolina de Jesus

O tópico acima propôs um entendimento sobre a biografia de Carolina Maria de Jesus, também chamada de Bitita, para apontar em suas narrativas discussões autobiográficas que exploram visões da indigência, do trabalho precário e informal além da posição de severa pobreza e discriminações sociais que demarcam a população negra. Acredita-se que a vida dessa escritora cria uma relação de ordem metodológica com a História brasileira. Conforme Levi (1996, p. 168) “a biografia constitui um canal privilegiado através do qual os questionamentos e as técnicas peculiares da literatura se transmitem à historiografia”. Nessa compreensão *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), *Casa de alvenaria: diário de uma ex - favelada* (1961) e *Diário de Bitita* (1986) são fontes para reconhecer aspectos denunciativos do presente. Bem como,

o seu romance ficcional *Pedaços da fome* (1963), o conjunto de textos em *Provérbios* (1965) e a coletânea de poemas, *Antologia Pessoal* (1996), irão apresentar problemáticas da pobreza e dos preconceitos enraizados na sociedade.

O livro que abriu as portas de Carolina Maria de Jesus para a sociedade brasileira foi reconhecido primeiro pelo repórter Audalio Dantas que havia chegado à favela para reportar algumas instalações da administração municipal e ao encontrar a “favelada” teve leitura de 35 cadernos de poemas de testemunhos da realidade.

“Na reportagem que publicou na ‘Folha da Noite’, Audalio Dantas explorou muito bem a sua personagem ‘Catadora de papel, passa fome com filhos pequenos, no barrão infecto, mas sabe ‘ver’ além da lama do terreiro e do zinco da favela...’ Com este mote Adalio abriu a temporada Carolina Maria de Jesus. Talvez não tenha sido intencional, mas foi certo” (FARIAS, 2017, p. 188).

Desse modo, a construção dos seus textos poéticos abriu lugar de voz para relatos memoráveis e denúncias históricas da posição de subalterna, de modo que o particular de Bitita sublinhou personagens do Brasil nos anos de 1940 à 1970 com seu conjunto de escritos.

Apesar das obras “Casa de Alvenaria” e “Diário de Bitita” não terem ganhado proporção e reconhecimento comparado a “Quarto de Despejo”, sua literatura autobiográfica é exemplo da expressão de minorias resistentes aos traços de silenciamento sociopolítico. Ela simbolizava segundo Meihy (1998 p.7) “um segmento social que começava a ser ameaça, Carolina emblema a luta de classes segundo o modelo cabível naquele instante [...] tinha várias interfaces com outros elementos característicos da contracultura”, ou seja, ser mulher, negra e da massa brasileira desenvolveu um perfil que mantinha sincronidade com as causas tangenciais de subalternidade.

Posteriormente, apresenta-se nos textos de Carolina um conjunto de características, narrativas e/ou representações que abordam reflexões sobre a cidade e a marginalização que a cerca. Carolina ora narradora ora personagem transita na descrição dos problemas e violências a qual vivem os grupos subalternos, sua solidão e as tensões excludentes/opressoras do Estado.

3 HISTÓRIA, CULTURA E POLÍTICA EM TORNO DO PRETO

O preto é um sujeito histórico marcado por raízes estereotipadas de uma política eurocêntrica. Logo, as falas em torno dessa figura delineiam problemáticas étnico-raciais as quais são reproduzidas expressões de ideologia dominante e, por conseguinte, é apontado discursos de uma identidade sublinhada pela narrativa da colonização e da manutenção de políticas que marginalizam esse indivíduo dentro dos diversos contextos sociais. Desse modo, a dicotomia colonizador e colonizado é um sistema que se perpetua na contemporaneidade através de diferentes entraves culturais.

Assim, interessa trazer neste capítulo algumas considerações que permitam analisar a posição da existência do negro na sociedade brasileira para, em paralelo, compreender como a figura literária “da favelada” em *Quarto de Despejo* (2014) é delineada, remetendo a um Brasil da década de 1950, perpetuado ainda nas amarras escravocratas. Verificamos nessa narrativa uma luta pela sobrevivência diante o contexto de violência, miséria, fome e preconceitos sequenciados pela exploração do negro nos discursos coloniais.

3. 1 A figura histórica do preto no Brasil

O discurso escravista foi construído, sobretudo, com base na origem racial (“Ciência das raças”) como argumento para justificar a dominação e exploração de um povo. A defesa dessa ideologia restringiu parcela da história para a consciência do negro como ser bárbaro, coisificado e portanto, inferior perante os discursos coloniais.

“Tais teorias embasam a ambivalência que separa as raças, dentro de um posicionamento hierárquico em que a raça branca se sobrepõe as demais e, nessa verticalização, encontra-se a raça chamada negroide, inscrita no espaço de uma evolução retardada da espécie, ocupando base da pirâmide da hierarquia racial” (DA CRUZ DINIZ, 2019, p. 189)

Por conseguinte, mesmo com a concretização das defesas legislativas sobre o abolicionismo, não houve uma emancipação desta comunidade étnica, manteve-se um alicerce sobre diversas adjetivações negativas ligadas ao homem de cor. No que se refere aos estereótipos, aos direitos e às restrições dos lugares ou das oportunidades na sociedade observa-se um processo de manutenção hierárquica. O

contexto de pós-abolição, portanto, limitou a inserção do preto nas zonas centrais da cultura e do poder.

O olhar ocidental do colonizador criou então diferentes extensões para representações que acentuam raízes fincadas em preconceitos e em silenciamentos ainda na contemporaneidade, ou seja, óticas antigas que contaminam os olhares ainda no presente. Essas raízes são apresentadas até em situações como a formação do povo brasileiro. Schawarcz (2020) classifica como “o medo da degeneração” as preocupações desenvolvidas pela miscigenação do europeu com o indígena e o africano. Tal era visto como símbolo de enfraquecimento da raça branca a partir da colonização e em seguida da escravidão.

Outro ponto apresentado por Schawarcz é a visão retrógrada do Brasil como um “grande laboratório racial”. Essa imagem faz repercutir um país construído a partir de uma identidade conturbada a qual conflitua entre si, uma vez que, põe em debate teorias como o determinismo que acredita não haver uma real mistura de raça ou o evolucionismo que prevê ser “misturas” algo desfavorável ao desenvolvimento do sujeito.

Pontua-se assim, que o romance analisado neste trabalho funciona como uma forma de resistência ao prosseguimento dos simbolismos ocidentais e escravocratas nos ideais do presente, uma vez que, trata-se da fala legitimada por uma negra, afrodescendente e da massa popular brasileira.

Essencial abordar que não apenas valores ideológicos são herdados do período escravocrata e mantidos na modernidade brasileira, mas é perceptível também situações análogas à escravidão, ou seja, atividades que desenvolvem-se em espaços vulneráveis de dominação e de exploração, onde a população negra é maior contabilizada¹. Outra maneira de confirmar essa percepção é na visualização dos retratos disseminados da favela, bem como na exposição das indústrias de má garantia dos direitos trabalhistas. É o caso identificado pela protagonista do romance, moradora na favela do Canindé, uma catadora de papel nas ruas da capital de São Paulo, mãe de três filhos sem qualquer auxílio da figura paterna ou do governo, assim como é semianalfabeta.

Conforme o ensaio crítico de Santos (2020), uma possibilidade dada a violência congênita da escravidão brasileira apresenta-se pelos contínuos

¹ Segundo a revista eletrônica Repóter Brasil (2020), a cada cinco trabalhadores resgatados entre 2016 e 2018 nessas circunstâncias, quatro são negros.

obstáculos dados à emergência aos movimentos negros de cunho militante. A incorporação de grupos raciais na defesa da democracia racial dentro do mecanismo político não conquistou objetivos harmônicos, pois, há predominância de círculos concêntricos, ou seja, fronteiras ilusórias que protegem interesses dominantes e que tornam invisível este sujeito negro, “democracia racial, quando não se apresenta como atroz ironia, tem sido no Brasil uma meia verdade” (SANTOS, 2020, p. 120),

Assim, a democracia racial tem sido uma meia verdade porque apenas minorias como alemães, japoneses, libaneses e orientais partilham de fragmentos do que consiste enquanto “noção harmônica” ou plena igualdade.

Há conflitos postos sobre a resistência negra ou para interação do negro perante a sociedade de classes. Os meios infra-estruturais que objetivam desfazer os estigmas criados pela escravidão no pensamento brasileiro, segundo Santos (2020), é substituído por expressões que reproduzam ideais de “banimento” desta população racial.

3. 2 A cultura marcada pelo racismo estrutural

Conforme um estudo aprofundado e organizado através da obra “Racismo Estrutural” de Almeida (2020), é abordada uma noção do racismo integrado aos sistemas sociopolíticos e às questões relacionadas aos processos econômicos. Dessa forma, o termo “raça” ultrapassa a fronteira de denominação apenas “classificatória” e de característica étnico - cultural. Ou seja, não se compreende unicamente para referenciar categorias distintas dos seres, para abrir margem à repercussão de discursos como “degeneração das espécies” ou relacionar a identidade de maneira estreita à origem geográfica, religiosa, etc.

Por conseguinte, apontada essa perspectiva, a discussão acerca do racismo assume roupagem científica para debater o relacional histórico das sociedades contemporâneas e suas complexas construções ideológicas que se ligam aos diferentes outros objetos das ciências humanas e sociais, justificando parcialmente a manutenção da opressão colonial mesmo após a abolição, o tratamento discriminatório, a consideração do negro como grupo minoritário, bem como a naturalização da violência, desigualdade tal como da segregação. Como argumenta Almeida (2020, p. 31), “a Segunda Guerra Mundial e o genocídio perpetrado pela Alemanha nazista reforçaram o fato de que *raça é um elemento*

essencialmente político, sem qualquer sentido fora do âmbito socioantropológico”.

A leitura do romance de Carolina Maria de Jesus (2014) traz como consequência o questionamento dos estereótipos de raça que querem perpetuar o negro como inferior ao branco. A obra enfatiza a questão da mulher negra desassistida, lidando com as desvantagens dessa condição, sendo marginalizada por uma sociedade branca e machista. Outro aspecto é a revelação da concentração do sujeito negro em localidades como guetos, periferias e bairros de centro violento. Isso é uma denúncia clara da ausência de amparo político e social destinado a esse grupo étnico – “Eu classifico São Paulo assim: O Palácio é a sala de visita. A prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (JESUS, 2014, p. 32.)

Assim, esse cenário orienta um debate que não se limita aos conceitos biológicos de raça, mas aos processos políticos e econômicos que formam e conservam a estratificação social e as discriminações diretas e indiretas. O racismo está além de uma experiência apenas individual ou de um sistema institucional, ele também configura-se como algo estrutural. Isto desenvolve-se a partir de ramificações dos processos políticos e históricos. Conforme Almeida (2020):

“A politicidade do racismo apresenta-se, basicamente, em duas dimensões:

- a) dimensão institucional: por meio da relação jurídica e extrajurídica, tendo o Estado como centro das relações políticas da sociedade contemporânea. Somente o Estado pode criar meios necessários [...] para que o racismo e a violência sistêmica que ele engendra sejam incorporados às práticas cotidianas;
- b) dimensão ideológica: [...] os “nacionalismos” sempre tiveram as classificações raciais como vetor importantíssimo de controle social. (ALMEIDA, 2020, p. 54-55).

Pode-se observar que as preocupações com a política de bem-estar social desviam-se do foco quando é posto no centro da pauta o homem preto. O Estado, como instituição maior, apesar de monitorar o estabelecimento e execução das leis e dos projetos humanitários para a inclusão educativa e trabalhista deste sujeito, não lidam substancialmente com a desconstrução de enunciados veiculados pela dimensão ideológica do racismo estrutural.

Helena Elpidio (2020) faz uma reflexão muito didática quando traz a expressão “Do quilombo às favelas”, sendo as favelas um espaço produzido e organizado pelo cenário atual ou pela necessidade de distanciar a população negra.

Parece segundo a autora, que o sistema de governo decide impor a violência em um espaço complexo e concentrado.

As relações intrínsecas entre o racismo estrutural e o Estado capitalista dependente perpetram à população negra condições de vida em permanentes e persistentes desigualdades, que violam os princípios das estruturas que se reivindicam democráticas (ELPIDIO, 2020, p. 134).

É essencial destacar que a favela aborda um caráter representativo, demonstrando certa identidade e resistência neste espaço de ocupação. Os afrodescendentes convergem suas raízes culturais de forma mais aberta e compartilhada nesse cenário, em contraponto, são menos discriminados e possuem seus valores menos violentados. Isso provoca uma compressão crítica e adversa, fora “do quarto de despejo”², o preto na “sala de estar” é silenciado e moralmente ameaçado.

“eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo” (JESUS, 2014, p. 37)

Desse modo, o negro vive como afirma Milton Santos (2007), uma cidadania mutilada, onde os agentes institucionais propõem intervenções, mas desviam-se de lidar com o núcleo substancial que preserva os discursos de subalternidade, apagando por vezes o aspecto heterogeneo da sociedade brasileira e obscurecendo os acessos aos direitos de democracia racial, “ [...] o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo” (JESUS, 2014, p. 37)

3.3 A subalternidade da mulher preta na favela brasileira

Discute-se aqui a questão da mulher negra em um contexto o qual mostrou-se nos subtópicos anteriores ser consequências ou resquícios do histórico escravista no Brasil, os processos de exclusão e marginalização decorrentes do olhar ocidental hegemônico nas representações do processo colonial e neocolonial. Põe-se assim, em evidência o termo de subalternidade traçado pela socióloga indiana, Spivak

² Referência como metáfora ao espaço da favela de acordo com a visão de Carolina Maria de Jesus (2014)

(2010) em “Pode o subalterno falar?”.

Entendemos que há duas perspectivas da mulher negra: a preta da favela e a preta nos arranjos sociais. Atrelada à primeira perspectiva acrescenta-se estereótipos numa escala mais gradativa como símbolo de ameaça, desrespeito e sexualização mais intensificados, tratando bandida e favelada como sinônimos que justificam a violência em massa neste espaço visto pelo sistema patriarcal e pela força policial como emblema de degradação.

Assim, simplificando esse sujeito, dá-se a sentença no âmbito sociocultural, político e histórico de tripla subalternidade: mulher, negra e pobre. Essa subjetivação feminina que tem seu lugar de fala limitado pelos indivíduos da camada social estabelecida enquanto dominante, não consiste então, em uma identidade, mas numa posição ontológica. Desse modo, Spivak (2010) aponta a pertinência de trazer esta voz para autonomia e legitimidade representativa. Uma vez que, ao construir personagens e trazer na literatura nacional narrativas que denuncie o arranjo de pensamentos coloniais, faz-se criticar os discursos enraizados e canonizados pela ideologia elitista. Vê-se que delinea-se como ameaça, opressão e violência epistêmica, a construção do Outro por “porta-vozes” de espaços privilegiados.

Desse modo, a luta deste sujeito feminino ultrapassa as problemáticas apenas relacionadas ao binarismo dos gêneros, mas torna-se também uma questão ancorada nos mecanismos estruturais do capitalismo avançado, “(...) as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos do estrato dominante” (SPIVAK, 2010, p. 14) que necessitam ser devidamente expressadas e, simultaneamente, representadas.

Conforme Dalcastagnè (2012), a imagem de Carolina Maria de Jesus na literatura brasileira demonstra um novo acesso a voz antes monopolizado pelos escritores da classe média e elite brasileira. Essa estudiosa observa que há um momento histórico onde os sujeitos estão em um processo de construção da própria representação e ao passo que isso valida um avanço nas Letras, inquieta a classe dominante.

“[...] o poder de falar com legitimidade ou de legitimar aquele que fala. Daí os ruídos e o desconforto causado pela presença de novas vozes, vozes “não autorizadas”, pela abertura de novas abordagens e enquadramentos para pensar a literatura; ou, ainda, pelo debate da especificidade do literário, em relação a outros modos de

discurso, e das questões éticas suscitadas por esta especificidade” (DALCASTAGNÉ, 2012, p. 7).

Os textos literários brasileiros compreendiam de longe os estratos sociais da massa popular de forma, segundo Dalcastagnè (2012, p. 94), “monocromática e estática” onde aqueles que compõem esse espaço “são apresentados como vítimas do sistema ou como aberrações violência”. Esse conflito faz perceber que os escritores tornaram porta-voz para uma angústia coletiva, uma particularidade introspectiva, sujeitos conturbados pelo contexto ou as prerrogativas políticas e culturais que marcam o autor-narrador.

Por conseguinte, o sujeito deseja falar e, essencialmente, ser ouvido, para denunciar o regime autoritário, apoiado tanto numa faceta política com censura de direitos sociais e de cunho humanitário, como noutra econômica com concentração da renda, desemprego e situações de pobreza, “mas a primeira delas era vista como atingindo especialmente as classes médias e a segunda, os estratos populares” (DALCASTAGNÉ, 2012, p. 23).

Essa motivação literária em traduzir resistência às questões de estética política e social percebe-se nos escritos bibliográficos e/ou relatórios narrados em Jesus (2014), através dos seus diários abordados com teor de denúncia, testemunho e protesto.

4 OS TRAÇOS DA ESCRAVIDÃO EM QUARTO DE DESESJO

O testemunho de Carolina em vinte cadernos encardidos é poético e, infelizmente, aborda certa atemporalidade problemática. Esse sentido negativo é aplicado no aspecto das expressões/relatos de um estrato histórico o qual põe o sujeito negro em situações na margem da sociedade ainda na contemporaneidade, a voz de dentro da favela faz perceber que o passado colonial traz repetições marcantes no presente.

Nesse capítulo realizamos uma leitura crítica da obra *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada* (2014) para interpretar as denúncias de uma pessoa que viu “a cor da fome”, bem como discursos da herança escravocrata na dimensão social da literatura.

4. 1 A voz da herança negra no romance

Carolina de Jesus (2014) narra na década de 1950. No entanto, essa realidade é semelhante para quem vive a pobreza brasileira ainda na contemporaneidade, percebe-se então que não se transfigurou ou se metamorfoseou tanto, apesar dos anos e das políticas que seguem. A dinâmica cultural e social tem raízes fincadas e, conseqüentemente, essa personagem torna-se um “sujeito histórico” que dialoga com identidades coletivas expressas na favela do Canidé em relação com o Outro que encontra-se “na sala de visitas”.

O depoimento de uma personagem subalterna é então apresentado neste livro com repetições de um passado opressor e excludente diante da figura da mulher negra. O enredo começa dia 15 de julho de 1955 com o aniversário de Vera Eunice, filha de Carolina. Logo nas primeiras linhas é apresentado com nitidez o reconhecimento da escritora sobre os limites impostos pela relação com o capital e com a racionalidade mercadológica, que não possui políticas as quais abrem espaço para participação da massa brasileira no consumo de bens culturais. Ela simboliza seu papel social como: “somos escravos do custo de vida” (JESUS, 2014, p. 11), onde percebem-se figuras reduzidas para o ato de compra apenas daquilo que mantêm sua sobrevivência, como a comida, e portanto, tais personagens (incluindo ela) são mantidos na condição análoga à escravidão.

Posteriormente, ainda na primeira página, a narradora com uma renda média de 13 cruzeiros por dia, expõe as duas principais questões que encontrará no romance: a fome e a violência simbólica que vivencia o brasileiro em consequência da posição histórica e política – “cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia inteiro. E estou sempre em falta” (JESUS, 2014, p. 12).

Pagar pelos direitos básicos uma quantia maior do que a renda que recebe é a problemática financeira que circunscreve a prosa. Simultaneamente, Carolina Maria de Jesus (2014) aborda de forma poética, elevando as entrelinhas dessa questão, seu cotidiano semelhante ao dos “favelados” – “[...] é que o povo não tolera a fome. É preciso conhecer a fome para saber descrevê-la” (JESUS, 2014, p. 29). Desta maneira, com uma voz legitimada, ela retrata-se como habituada a andar suja, enfrentar os conflitos, lidar com os rancores do Canidé onde mesmo sem tolerar as mazelas, são expostos à ela.

A violência, exclusão, marginalização, desemprego e preconceito que descendem da escravidão são percebidos pela escritora com denúncia e ironia. Ela entende que a sua escravatura atual, “a fome” (como ela afirma), vem de um querer/poder do branco. Com a abolição houve uma libertação parcial, foi uma vitória humanitária que ainda não resolveu o domínio do colonizador sob o colonizado.

“Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos... Nas prisões os negros eram os bodes espiatórios. Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com desprezo. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz” (JESUS, 2014, p. 30)

O complexo dicotômico entre o branco e preto é testemunhado no enredo com a representação de uma minoria (preta) que não conhece a fome, prevalece um jogo de alcançar os espaços destinados aos personagens da maioria (brancos). Carolina reconhece, sutilmente, que o branco está figurado na política e “depois divorcia-se do povo. Olha o povo com os olhos semicerrados. Com um orgulho que fere nossa sensibilidade” (JESUS, 2014, p. 38). Essa interpretação é apresentada porque ela entende a lacuna de entre lugar que existe para separar os sujeitos no conceito de duas raças de tal forma que esta subjetividade só é compreendida quando “embranquecida” sua pele.

Escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. E eles respondiam-me: - É uma pena você ser preta. Esquecendo eles que eu adoro minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho o

cabelo de negro mais inducado do que o cabelo de branco. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta. (JESUS, 2014, p.58).

A sua filha Vera, mesmo de pouca idade, já subentende o contexto racial de sua comunidade. Vendo que a mulher branca tem uma realidade diferente, em determinados momentos transcreve-se falas dessa personagem como: “- mamãe, vende eu para Dona Julita, porque lá tem comida gostosa” (JESUS, 2014, p. 42), onde a senhora citada parece posiciona-se na “casa grande”, ou “Quando a Vera viu tanta coisa disse: hoje é festa do negro!” (JESUS, 2014, p. 48) para relatar uma situação atípica no contexto desse sujeito.

Dessa maneira, “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” (2014) forma um arquivo de acontecimentos que circunscrevem a favela na década de 50 e, por conseguinte, resgata mediante alguns fragmentos, uma memória histórica, cultural, social, política e econômica de um contexto que rearticula-se com o presente.

A escritora Carolina é “sombreada” pelas desigualdades da sociedade o que possibilita os leitores a identificarem o projeto de estado elitista e racista o qual encontra-se enraizado no sistema escravocrata brasileiro, onde as posições de privilégios e de oportunidades são mantidas em torno da população branca.

...Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo um jornal. Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transformam preto em bode expiatório. Quem sabe a guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata? (JESUS, 2014, p. 96)

Assim, o senso crítico que Carolina Maria de Jesus apresenta com oralidade e lirismo poético traduz as subcondições econômicas e sociais deixadas pela herança colonial. Outrossim, o aspecto político de “ignorância” à população negra delinea-se pela ausência dos programas públicos tal como a falta de recursos diante de “os anos de ouro” com o crescimento acelerado do país na época de JK, enquanto presidente da república, e Jânio Quadros, na prefeitura de São Paulo.

Por vez, a omissão de intervenções governamentais preescreve olhares preconceituosos e mantêm silenciamento incômodo em relação a população pobre e preta que, com execução de alguns personagens desvinculados da função que cabe ao Estado, reconhece o negro marginalizado – “Ele não tem nojo dos favelados. Cuida dos míseros favelados com carinho. Isto competia ao tal Serviço Social” (JESUS, 2014, p. 34) – ora torna explícito o esquecimento da política nacional

perante a massa popular brasileira localizada na favela – Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo” (JESUS, 2014, p. 37), ora apresenta-se a democracia falha da sociedade brasileira, - “Nos pretos não temos profeta para orar por nos. Se criasse os negros depois dos brancos, ai os brancos podia revolta-se.” (JESUS, 2014, p.108).

Desse modo, o negro posto à margem brasileira é representado na ficção de Carolina. Essa escritora ergue a voz na literatura brasileira para mostrar que há um mito de ruptura com as ideologias e centralidades do passado colonial, onde a política ouve e faz ressoar vozes alteradas das minorias sociais. A consciência de que o governo de Juscelino Kubitschek, no dilema de modernização e sentimento de nacionalidade, não propôs-se a solucionar as violências que contornam essa realidade faz emergir uma interpretação crítica sobre a desconsideração da população em estado de necessidade, onde os políticos só aparecem em época eleitoral para conquistar porcentagem de voto.

“Quando Jesus disse para as mulheres de Jerusalem: - ‘Não choreis por mim, choreis por vós’ – suas palavras profetizaram o governo do Senhor Jucelino. Penando de agruras para o povo brasileiro. Penando que o pobre há de comer o que encontrar no lixo ou então dormir com fome” (JESUS, 2014, p. 134).

O distanciamento político é uma sentinela que pode justificar o contexto de violência e deseducação que envolve o sujeito quando concentrado nesse ambiente de carência. Jesus (2014) apresenta a influência do cenário na “formação do preto” na proporção que caracteriza personagens que crescem na favela e são afrodescendentes como: “Negro tú é o mais ou menos. Negro turututú é o que não vale nada. E o negro Sim Senhor é o da alta sociedade. Mas Arnaldo transformou-se em negro turututú depois que cresceu” (JESUS, 2014, p. 51). Pontua-se que essa colocação pode ser problemática, gerar estereótipos e inferiorizar aqueles que se desenvolvem em situação de pobreza e de fome. No entanto, ela realiza essas afirmações para argumentar que esse perfil é um resultado de fatores políticos, sociais e culturais que encontram-se na favela.

4. 2 A favela como quarto de despejo

A favela foi originada após o processo conjunto de urbanização e abolição da escravatura que para os indivíduos sem condições autônomas de financeirização

ou com passado infortúnio de adversidades sociais pudessem ter um espaço à margem da sociedade. Conservando, dessa forma, os negros afrodescendentes na escravidão da miséria.

“Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres e cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo” (JESUS, 2014, p. 37)

Percebe-se que a motivação de Carolina em construir um relato a partir de suas experiências no contexto em que vive, trazendo não apenas suas percepções, mas também testemunhando as maneiras que o Outro compreende os sujeitos ali situados, “... Havia pessoas que nos visitava e dizia: - credo, para viver num lugar assim só porco. Isto aqui é o chiqueiro de São Paulo” (JESUS, 2014, p.35), é uma estratégia para demonstrar a dupla pobreza da situação real e dos discursos simbólicos que prende-se às identidades dos favelados. Há concepções odiosas da representação destinada a favela como uma sujeira, a dertupação, de um quadro da grande capital brasileira que, posteriormente, faz-se afirmar no pensamento dos sujeitos encontrados nessa zona, o que desenvolve ainda mais a visão negativa e inferior dos negros ali pertencentes. Carolina mais tarde em sua prosa traz as palavras iniciais de que “ – É por isso que eu digo que a favela é o chiqueiro de São Paulo” (JESUS, 2014, p. 179).

A favela do Canindé, Zona Norte de São Paulo, originou-se próximo aos rios, uma vez que, “as margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais” (JESUS, 2014, p. 54) e lá localiza-se a população desempregada ou de baixa renda com trabalhos paralelos a exploração. Carolina é resultado do esquecimento público da população descendente de escravos que estavam acorrentados, metaforicamente, aos Senhores da Casa Grande, denunciando que a posição dos indivíduos encontrados ali é consequência de relatos como: “não pude viver nas fazendas. Os fazendeiros exploravam muito. Eu não posso trabalhar na cidade porque aqui tudo é a dinheiro e eu não encontro emprego porque já sou idoso” (JESUS, 2014, p. 54).

É nesse espaço que repetitivamente a fome prevalece como, nos testemunhos de lamentos dessa escritora, “a pior coisa do mundo”. Durante a narrativa, percebe-se que todos os enredos reportados por Carolina trata-se de dramas desencadeados pelo questionamento destinado à figura do colonizador: “Pensei: porque é que o homem branco é tão perverso assim? Ele tem dinheiro,

compra e põe nos armazéns. Fica brincando com o povo igual gato com rato” (JESUS, 2014, p. 148).

Desse modo, faz-se observar que estar em um quarto de desejo para Carolina Maria de Jesus (2014) é estabelecer-se dentro de uma redoma delineada pela indigência, violência, fome e preconceitos expressos pelos traços da cultura escravocrata deixada pelo tempo que, conforme a prosa anuncia, “não comove os poetas de salão. Mas os poetas do lixo, os idealistas das favelas [...]” (JESUS, 2014, p. 53).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na literatura brasileira é possível perceber um complexo de narrativas que intencionam a abordagem de uma realidade nacional anteriormente silenciada. Nessa proposta, compreende-se o caráter indispensável de estudar o romance: *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (2014), objetivando que, através de seu testemunho, seja expressa a legitimidade e a autenticidade de uma voz que conhece e, poeticamente, expõe as denúncias da miséria e do descaso político em um contexto de rastros da escravidão.

Dessa maneira, nesta pesquisa tratamos de um estudo que inicia com a percepção da figura de Carolina Maria de Jesus para reconhecer seu diário de luta travado pelo abandono, pela fome e pelo preconceito que assola os personagens em torno da favela do Canindé. Expomos também, teorias que argumentam a problemática literária de uma mulher que sai da posição de catadora de lixo para ser um nome brasileiro de conhecimento internacional, haja vista que, sua obra manifesta a identidade sociocultural da população negra marginalizada.

Posteriormente, assinala-se para outras pesquisas necessárias que contemplem as diversas ópticas e questões traduzidas na prosa como: a figura da mulher negra, a violência urbana, a estética política, entre outros.

Assim, compreendendo o sujeito histórico e coletivo que delinea-se na figura de Jesus (2014), o trabalho considera os conflitos da personagem-narradora dentro dos entraves herdados pela escravidão, identificando a fome, os confrontos físicos e simbólicos e as subcondições sociais perpetuadas no presente.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2020.

DALCASTAGNÈ, Regina. Literatura contemporânea: um território contestado. **Vinhedo, Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora da UERJ**, 2012.

DINIZ DA CRUZ, Patrícia. O teatro experimental do negro e seu papel no fortalecimento da identidade racial brasileira. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019**. 2019.

ELPIDIO, Maria Helena. Do quilombo às favelas: **faces do racismo territorial na produção das cidades**. Serviço social, favelas e educação popular: diálogos necessários em tempos de crise do capital, p. 129.

FARIAS, Tom. **Carolina**: uma biografia. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10 ed. São Paulo: Ática, 2014.

LEVI, Giovanni. Os usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.167-182.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Carolina Maria de Jesus: emblema do silêncio. **Revista USP**, n. 37, p. 82-91, 1998.

SANTOS, Joel Rufino. **A inserção do negro e seus dilemas**. Lisboa: Oca Editorial, 2020.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. Edusp, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo da miscigenação**. Lisboa: Oca Editorial, 2020.

SOUZA DE, Aparecida Darc; NOAL, Sara Munique. CAROLINA MARIA DE JESUS. **Fênix-Revista de História e Estudos Culturais**, v. 18, n. 1, p. 155-174, 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar**. UFMG, 2010.